

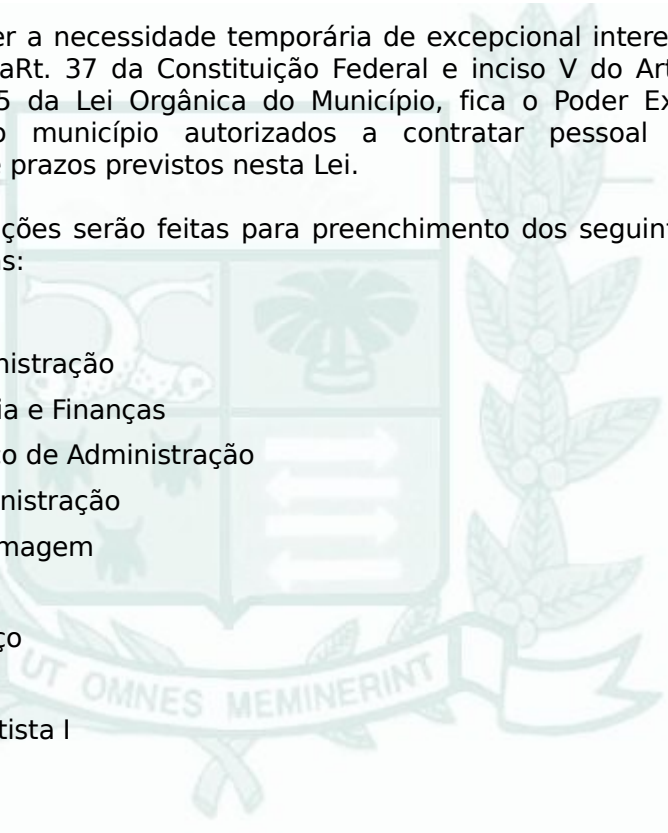
**LEI Nº 3.227 – DE 14 DE ABRIL DE 1997**

**Dispõe sobre contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e dá outras providências.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ**, com a Graça de Deus aprova e eu, Prefeito, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do aRt. 37 da Constituição Federal e inciso V do Art. 40 da Lei Municipal nº 2360 e Art. 85 da Lei Orgânica do Município, fica o Poder Executivo, as Fundações e Autarquia do município autorizados a contratar pessoal por tempo determinado nas condições e prazos previstos nesta Lei.

**Art. 2º** – As contratações serão feitas para preenchimento dos seguintes cargos e respectivos números de vagas:



|       |                                     |     |
|-------|-------------------------------------|-----|
| I     | Agente de Administração             | 25  |
| II    | Analista Economia e Finanças        | 2   |
| III   | Assistente Técnico de Administração | 11  |
| IV    | Auxiliar de Administração           | 12  |
| V     | Auxiliar de Enfermagem              | 18  |
| VI    | Auxiliar de Ofício                  | 32  |
| VII   | Auxiliar de Serviço                 | 266 |
| VIII  | Cadastrador                         | 4   |
| IX    | Desenhista Projetista I             | 1   |
| X     | Digitador                           | 1   |
| XI    | Fiscal de Obras                     | 1   |
| XII   | Monitora                            | 45  |
| XIII  | Motorista                           | 32  |
| XIV   | Motorista de Caminhão               | 1   |
| XV    | Oficial de Administração            | 7   |
| XVI   | Oficial de Serviços Públicos        | 3   |
| XVII  | Oficial Especializado I             | 46  |
| XVIII | Operador de Computador              | 1   |
| XIX   | Operador de Máquinas Leves          | 1   |

|        |   |            |
|--------|---|------------|
| XX     | Operador de Máquinas Pesadas                            | 15         |
| XXI    | Professor   | 220        |
| XXII   | Técnico de Saneamento                                   | 2          |
| XXII   | Técnico de Serviço de Saúde                             | 4          |
| XXIV   | Técnico Superior de Engenharia, Arquitetura Agronomia I | 2          |
| XXV    | Técnico Superior de Ensino                              | 1          |
| XXVI   | Técnico Superior de Saúde                               | 75         |
| XXVII  | Técnico Superior de Serviço Público                     | 6          |
| XXVIII | Topógrafo   | 2          |
| XXIX   | Vigilante   | 20         |
| XXX    | <b>TOTAL</b>  | <b>856</b> |

**Art. 3º** – O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, dando-se preferência, em igualdade de condições, ao contratado que já estiver no cargo em decorrência de contrato anterior.

**Art. 4º** – As contratações serão feitas pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável uma única vez, por igual período.

**Parágrafo Único** – A temporariedade e o caráter excepcional do interesse, serão fundamentados no contrato de trabalho individual expresso, celebrado entre as partes.

**Art. 5º** – O vencimento mensal dos contratados, nos termos desta Lei, é fixado em importância correspondente no quadro de vencimentos do serviço público municipal.

**Art. 6º** – é vedado ao pessoal contratado:

- I. receber atribuições, funções ou encargos não previstos nos respectivos contratos;
- II. ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargos em comissão.

**Art. 7º** – O contrato firmado extinguir-se-á, sem direito a qualquer indenização:

- I. pelo término do prazo contratual;
- II. por iniciativa do contrato;
- III. unilateralmente, pelo município, se o contratado descumprir as suas obrigações, ou por motivo de conveniência administrativa ou interesse público.

**Art. 8º** – O tempo de serviço prestado em virtude da contratação será contado para todos os efeitos legais.

**Art. 9º** – Para ocorrer às despesas resultantes desta Lei utilizar-se-ão recursos de dotações próprias do orçamento vigente.

**Art. 10** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as

disposições em contrário, especialmente a Lei nº 3.213 de 04/02/97, retoragindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1997.

**Prefeitura Municipal de Araxá, em 14 de abril de 1997.**

**Ministro OLAVO DRUMMOND – Prefeito Municipal de Araxá**

**EDSON PORFÍRIO FERREIRA**

